

11. CONTRATAÇÃO: EMPREITADA DE “ARRANJOS EXTERIORES DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA” – CONCURSO PÚBLICO N.º CPE8.17.DMOSM – DELIBERAÇÃO DE RATIFICAÇÃO DE DECISÃO:

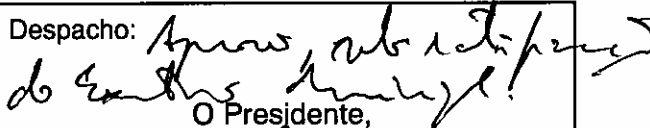
Submete-se para ratificação a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara de 31 de agosto de 2017, relativa ao Concurso público mencionado em epígrafe, nos termos constantes da informação da DMOSM.

DELIBERAÇÃO:**Remeta-se ao Sr. Presidente.**

A Diretora da DMOSM,


(Eng.ª Alzira Torres)20/17/08/31

Despacho:


O Presidente,
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)17/08/31**→ ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR**

O órgão competente para tomar a decisão de contratar é a Câmara Municipal de Braga.

CONCURSO PÚBLICO N.º CPE8.17.DMOSM

Contratação: empreitada de “ARRANJOS EXTERIORES DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA”

PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA:	PREÇO BASE INICIAL:	PREÇO BASE FINAL:
365 DIAS	€844.664,04	€855.804,86

ASSUNTO: DECISÃO SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.**I – PROJETO DE DECISÃO**

Encontra-se a decorrer o concurso público para a adjudicação da empreitada “ARRANJOS EXTERIORES DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA”, estando o prazo de apresentação das propostas fixado para o dia 31 de agosto de 2017.

No decorrer da tramitação do procedimento, mais concretamente por ocasião do suprimimento de erros e omissões em fase de formação do contrato, nos termos previstos no artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, impôs-se efetuar um ajustamento ao preço base do procedimento, inicialmente fixado em **844.664,04€** e que se alterou para **855.804,86€**.

A jurisprudência do Tribunal de Contas é atualmente pacífica em considerar a modificação do preço base nos procedimentos de formação de contratos públicos uma alteração de um aspeto fundamental das peças do procedimento, mormente do caderno de encargos. Em tais situações de alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o artigo 64.º, n.º 2 do referido CCP determina que o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à cominação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.

Complementarmente, o n.º4 do aludido artigo 64.º determina que a decisão de prorrogação, que cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, deve ser divulgada junto de todos os interessados, designadamente por anúncio a publicar no Diário da República.

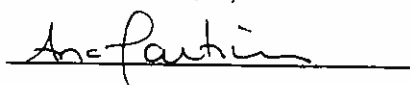
A exigência de publicação desta decisão no Diário da República destina-se a informar todos os eventuais interessados, que entretanto não se haviam registado na plataforma eletrónica, que existe uma alteração substancial, assim permitindo-lhe o acesso à informação que de outra forma não conhecerão.

Não obstante terem sido asseguradas todas as apontadas formalidades, constatou-se que, por lapso, no anúncio publicado no Diário da República informando da prorrogação do prazo, não se especificou a alteração ao preço base. Significa isto, portanto, que os eventuais interessados não tiveram conhecimento daquela alteração fundamental, assim se frustrando o objetivo e propósito pretendido pelo dispositivo legal.

Nestes termos, por motivos de cautela procedimental, proponho que se repita a publicação exigida pelo n.º4 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos, concedendo-se novo prazo para a apresentação das propostas, desta forma eliminando qualquer dúvida ou equívoco que pudesse subsistir nos eventuais interessados.

31 de agosto de 2017

DMOSM,



(Eng.ª Ana Martins)

Página 2 de 2